

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

SC10056

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Vigésima Primeira Sessão Ordinária
26 – 27 de Maio de 2013
Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/6(XXI)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DE S.E. SR. OLUSEGUN OBASANJO, EX-
PRESIDENTE DA NIGÉRIA, PRESIDENTE DO PAINEL DE ALTO
NÍVEL SOBRE FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO
DA UNIÃO AFRICANA**

**RELATÓRIO DE S.E. SR. OLUSEGUN OBASANJO, EX-PRESIDENTE DA
NIGÉRIA, PRESIDENTE DO PAINEL DE ALTO NÍVEL SOBRE FONTES
ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO AFRICANA**

I. Antecedentes

1. Desde a independência, os países africanos iniciaram e continuam a prosseguir várias iniciativas voltadas para alcançar a integração socioeconómica e desenvolvimento e evitar a sua marginalização. Estas iniciativas continuam a ser prosseguidas a nível nacional, regional e continental, como evidenciam as várias estratégias e planos nacionais de desenvolvimento, bem como programas regionais e continentais. Apesar destes esforços, a África continua atrasada em relação ao resto do mundo em termos de desenvolvimento socioeconómico e continua a ser o continente mais pobre do mundo. Tem uma participação marginal no fluxo comercial e de investimentos, apesar da enorme base de recursos naturais e humanos e de altos retornos sobre o investimento que oferece num vasto leque de sectores. Um grande problema subjacente é a falta de recursos para financiar várias iniciativas destinadas a acelerar as aspirações do continente de integração e desenvolvimento.

2. Ao transformar a Organização de Unidade Africana (OUA) numa União Africana (UA), a visão principal dos líderes africanos era de permitir que a África enfrente os desafios económicos, sociais e políticos com que se confronta num mundo cada vez mais globalizado. A União Africana baseia-se numa visão política e económica comum, bem como na convicção forte e compartilhada de que é urgentemente necessário erradicar a pobreza e promover um rápido desenvolvimento socioeconómico. Neste sentido, a adequação dos recursos é crucial para o cumprimento do seu mandato. Contudo, as fontes de financiamento da UA não mudaram e nem se diversificaram de modo a reflectir os novos objectivos contidos nas sucessivas iniciativas. O actual sistema de contribuições obrigatórias, que está em vigor desde os dias da OUA, já não se adequa para atender às crescentes necessidades de financiamento da União, devido às maiores exigências operacionais e ao aumento do âmbito das suas actividades.

3. As fontes de financiamento para a UA limitam-se a duas fontes: contribuições obrigatórias dos Estados Membros e dos parceiros. As duas fontes de financiamento enfrentam dificuldades que são frustrantes e arrepiantes. De facto, nos últimos anos, o orçamento da União continua a depender fortemente de parceiros para financiar seus programas. Os Estados Membros contribuíram apenas com cerca de 5% do Orçamento do Programa para 2012. Em relação ao orçamento operacional, apesar de os Estados Membros financiarem este em pleno, o problema de atraso das contribuições e a falta de pagamento por parte de alguns Estados Membros criam problemas para o bom funcionamento da União. Até finais dos anos de 2011 e 2012, por exemplo, as contribuições atrasadas dos Estados Membros atingiram 72,4 milhões dólares e 43,8 milhões dólares, respectivamente. Um outro problema é a contínua dependência da União em alguns Estados Membros terem que financiar a maioria de outros Estados Membros. Até 2010, cinco países deram grande parte do financiamento, nomeadamente o Egipto, a Argélia, Líbia,

Nigéria e África do Sul, cada um responsável por 15% do orçamento da União, ou seja, 75% do orçamento total vieram dos cinco países. Em 2011, a sua contribuição total reduziu para um máximo de 13,271% cada (totalizando cerca de 66,36%), que ainda é muito alta. A implicação da forte dependência em alguns países é que falhando um ou dois deles em honrar seus compromissos, pode isso significar sérias dificuldades financeiras para a União. Os eventos de 2011 no Norte de África trouxeram o problema à tona e proporcionaram uma forte justificação para maior ampliação da rede de financiamento. A busca de fontes alternativas de financiamento é a solução para este problema.

4. A tabela abaixo oferece uma ampla ilustração da dependência crescente da União Africana em financiamento externo.

Tabela 1: Fontes de Financiamento do Orçamento do Programa da UA e dos seus Órgãos (em US\$ milhões)

Fontes	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)
Estados Membros	13,4 (27)	14,7 (31)	11,3 (16)	11,2 (8)	10,2 (7,1)	7,6 (4,8)	5,4 (3,3%)
Parceiros	36,3 (73)	32,4 (69)	57,4 (84)	133,7 (92)	134,2 (92,9)	151,7 (95,2)	155,4 (96,7%)
Total	49,7 (100)	47,1 (100)	68,7 (100)	144,9 (100)	144,4 (100)	159,3 (100)	160,7 (100)

Fonte: Orçamentos Anuais Sucessivos da UA

Tabela 2: Fontes de financiamento do Orçamento Global (Programas + Operações) da UA e dos seus Órgãos (em US\$ milhões)

Fontes	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)
Estados Membros	87,8 (71)	107,6 (77)	106,9 (65)	116,8 (47)	122,6 (48)	122,4 (45)	122,9 (44)
Parceiros	36,3 (29)	32,4 (23)	57,4 (35)	133,7 (53)	134,2 (52)	151,7 (55)	155,4 (56)
Total	124,1 (100)	140 (100)	164,3 (100)	250,5 (100)	256,8 (100)	274,1 (100)	278,2 (100)

Fontes: Orçamentos Anuais Sucessivos da UA

5. A União Africana precisa de recursos adequados, confiáveis e previsíveis para implementar os seus programas e é óbvio que o mundo exterior não pode arcar com essa responsabilidade. A responsabilidade primário recai sobre os africanos. É em reconhecimento do que foi antes aqui referido que os Chefes de Estado e de Governo, na Cimeira de Lusaka de 2001, orientaram o Secretariado Geral da OUA para realizar estudos sobre fontes alternativas de financiamento da União Africana ((Decisão (AHG / Dec. 1 (XXXVII)). Subsequentemente, várias outras decisões foram tomadas sobre o mesmo assunto, tanto ao nível do Conselho Executivo como da Conferência. Estas incluem a Decisão de Banjul (EX.CL/Dec.285 (IX) de Junho 2006, a Declaração de Acra do Conselho

Executivo, de Julho de 2007, a Decisão do Conselho Executivo EX.CL. (EX.CL/Dec.643 (XVIII), de Janeiro de 2011 e a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.364 (XVII), de Julho de 2011, que em geral destacaram a necessidade de identificar fontes alternativas de financiamento das actividades da União Europeia. Os estudos elaborados pela Comissão sobre fontes alternativas de financiamento da UA foram discutidos em várias reuniões de Peritos e Ministeriais, incluindo as Conferências dos Ministros Africanos da Economia e Finanças: Dakar, Senegal, em 2005; Adis Abeba, Etiópia, em 2008 e Yaoundé, nos Camarões, em 2010.

6. Na sequência da Decisão Assembly/AU/Dec.364 (XVII) da Conferência da UA, solicitando à Comissão para agilizar o processo de criação de um Painel de Alto Nível sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União, o então Presidente da Comissão da UA, S.E. Dr. Jean Ping, nomeou S.E. Olusegun Obasanjo, ex-Presidente da República Federal da Nigéria, como Presidente do Painel. Outros membros incluíam S.E. Dr. Salim Ahmed Salim, ex-Secretário-Geral da Organização de Unidade Africana (OUA), S.E. Edem Kodjo, ex-Secretário-Geral da OUA, e S.E. Dr^a. Luísa Diogo, ex-Primeira-Ministra da República de Moçambique. A região Norte de África não propôs ninguém para membro do Painel, apesar de várias insistências. Todavia, S.E. Dr. Salim Ahmed Salim mais tarde renunciou do Painel devido a motivos pessoais. O Painel, portanto, co-optou por indicar S.E. Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, o então Comissário para os Assuntos Económicos, como seu membro.

II. Primeira Ronda de Consultas

7. O Painel realizou a sua reunião inaugural em Adis Abeba, Etiópia, a 15 de Agosto de 2011, com o objectivo de rever as oito opções de financiamento a seguir avaliadas e recomendadas numa série de estudos realizados pela Comissão da UA:

(i) ***Financiamento do sector privado;***

Uma certa percentagem das receitas provenientes de actividades realizadas pelo sector privado e organizações não-governamentais, sob a égide da União Africana, poderia ser atribuída para o financiamento de projectos específicos tais como a luta contra pandemias (VIH/SIDA, etc.) ou destinada a algumas acções humanitárias de grande escala no âmbito da União Africana.

(ii) ***Taxa sobre os prémios de seguros (taxa de 0,2%);***

O princípio subjacente a esta proposta é a imposição de um mínimo de 0,2% de taxa sobre qualquer apólice de seguro feita por um cidadão africano ou empresa que opera em África. Os valores resultantes serão cobrados pelas companhias de seguros, em nome da UA.

(iii) ***Taxa sobre importações (taxa de 0,2%);***

O princípio básico, aqui, é o de impor uma taxa de 0,2% sobre as importações de bens de consumo, excluindo doações e bens que gozam de isenção. A filosofia por trás desta ideia é que a União

Africana seria financiada por cidadãos africanos, especialmente os que importarem mercadorias de fora do continente. Segundo este princípio, apenas os consumidores de bens importados serão tributados. Os valores resultantes serão cobrados pelos serviços aduaneiros dos Estados Membros em nome da UA.

(iv) Taxa sobre hidrocarbonetos (taxa de 0,5%);

O princípio básico, aqui, é o de impor uma taxa de 0,5% sobre as exportações de hidrocarbonetos dos Estados Membros.

(v) Cobrança de taxa sobre passagens aéreas (5,00 \$EUA para viagens internacionais e 2,00 \$EUA para viagens dentro do continente);

O princípio por trás desta proposta é o de impor uma taxa sobre todas as passagens aéreas para voos de e para África, da seguinte maneira: (5,00 \$EUA para voos a partir do continente e 2,00 \$EUA sobre voos entrando para o continente).

A IATA será envolvida no exercício e será encarregada de cobrar os fundos provenientes das companhias a si afiliadas e, em seguida, transferi-los para a conta principal da UA. No caso das companhias não filiadas à IATA, o modelo senegalês poderia servir como fonte vital de inspiração. Os países podem igualmente cobrar os fundos resultantes e transferi-los para a conta da AU.

(vi) Taxa sobre turismo (1 \$EUA)

Esta proposta baseia-se no princípio de impor uma taxa de 1 \$EUA paga pelos turistas que visitam países membros. A taxa de turismo será uniforme em todos os países africanos. Ele será cobrado em nome da UA pelos hotéis em colaboração com as agências tributárias dos Estados Membros.

(vii) Taxa sobre os orçamentos nacionais

Esta proposta baseia-se no princípio de impor uma taxa de 1% ou uma percentagem sobre o orçamento dos Estados Membros. Estes irão transferir 1% do seu orçamento para AU.

(viii) Taxa sobre exportação (0,2%)

O princípio básico, aqui, é o de impor uma taxa 0,2% sobre as exportações dos Estados Membros

(ix) Taxa sobre mensagens de texto (sms) (5 cêntimos)

As bases desta propostas consistem em cobrar uma taxa 5 cêntimos sobre cada mensagem de texto (sms) enviada por telemóvel.

8. Na sequência da revisão, o Painel julgou necessário recomendar a adopção de todas ou uma combinação das seguintes opções:

- (i) Financiamento do sector privado
 - (ii) Taxa sobre os prémios de seguros (taxa de 1%)
-

- (iii) Taxa sobre viagens internacionais (2,5 dólares para viagens para fora do Continente 1 dólar para viagens dentro do Continente)
- (iv) Turismo e hospitalidade (1 dólar por cada estadia)
- (v) Taxa de importação (0,2% sobre importação de bens de fora do continente)

9. Além das opções acima mencionadas, o Painel propôs uma taxa sobre mensagens de texto de 5 centavos por mensagem de texto de telefone celular, ou qualquer montante considerado adequado pelos Estados Membros. No entanto, esta opção foi rejeitada porque não é uma fonte viável de financiamento devido ao facto de o custo do envio de uma mensagem de texto por telemóvel, na maioria dos países africanos ser inferior a cinco centavos. Além disso, o uso de redes sociais para comunicação está a conhecer um rápido crescimento do que o uso de mensagens de texto. Alguns países foram opuseram-se com veemência a ela, porque terá um impacto adverso sobre as pessoas pobres e desincentivar o investimento em telecomunicações.

10. Na avaliação do Painel, considerou-se uma série de factores, incluindo a flexibilidade de escolha, a capacidade de geração de recursos, a equidade, viabilidade, custos de administração, sustentabilidade e o impacto sobre a economia. Estas foram as principais opções discutidas com os Estados Membros.

11. O Painel também concordou sobre o programa de realizar consultas. Embora teria sido ideal realizar consultas com todos os 54 Chefes de Estado e de Governo da União, não foi prático devido ao custo implicado e outros aspectos tomados em consideração. Assim, o Painel decidiu limitar as consultas a um número seleccionado de países, tomando em conta o tamanho e representação geográfica, entre outros critérios. Face a isto, foram identificados os seguintes países: Argélia, Egipto, Nigéria, Chade, Tunísia, Etiópia, Gana, Malawi, Namíbia, África do Sul, Quénia, Uganda, Angola, Camarões, Côte d'Ivoire, Tanzânia, Sudão, Senegal, Seychelles, Benim, Libéria e Togo.

12. As consultas concentraram-se na busca de apoio político dos Estados Membros para Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana. Os Estados Membros seriam incentivados a pagar as suas contribuições atrasadas.

13. O Painel subdividiu-se em dois grupos e realizou consultas com os Estados Membros seleccionados. Visitou os seguintes Estados Membros e realizou consultas em vários momentos, seja como membros individuais ou como equipa e sem seguir alguma ordem particular e dependendo da disponibilidade dos membros do Painel e dos Chefes de Estado dos Estados Membros para as consultas: Nigéria, Libéria, Etiópia, África do Sul, Benim, Senegal, Côte d'Ivoire, Namíbia, Malawi, Guiné Equatorial, Togo e Argélia.

III. Resultados da Primeira Ronda de Consultas

14. O resultado das consultas reflecte claramente um apoio esmagador no sentido de encontrar fontes alternativas de financiamento da UA, com vista à identificação de meios internos para financiar a agenda de desenvolvimento e

integração do continente. Foram delineados vários desafios que o continente enfrenta e cuja resolução exige recursos adequados, incluindo a paz e a estabilidade. Houve um consenso geral de que há de facto um desafio de financiamento para a União Africana e África em geral, o que cria dependência dos doadores. Foi acordado igualmente que o princípio do financiamento alternativo da UA era bom, pois traria independência económica e livraria o continente da situação actual em que os doadores estipulam os programas da União que irão apoiar.

15. Em face do exposto e tomando em consideração que não há impacto sobre as economias dos Estados Membros, o Painel fez as seguintes recomendações à Conferência de Julho de 2012, para que considere a adopção das quatro opções identificadas, a saber:

- (i) 2,00 \$EUA de taxa de hospitalidade por cada estadia num hotel, em vez de taxa de turismo;
- (ii) 5 centavos do \$EUA de taxa por mensagem de texto enviada;
- (iii) 5,00 \$EUA de taxa de viagens sobre bilhetes de voos de ou para África
- (iv) Taxa de importação (0,2% sobre as mercadorias importadas de fora do continente)

IV. Recomendações de Julho de 2012 e Análise Actualizada do impacto e de sustentabilidade das diferentes opções

16. A Cimeira 2012 Julho analisou o relatório do Painel e solicitou a Comissão para realizar um estudo abrangente de todas as opções para fornecer dados quantitativos sobre o impacto que se espera em todos os Estados Membros e solicitou ainda que o Painel realize consultas com os Estados Membros e apresente um relatório à Conferência de Janeiro/Fevereiro de 2012.

17. Em cumprimento da decisão da Cimeira, a Comissão realizou o estudo com vista a analisar e avaliar o possível impacto de cada uma das seguintes propostas sobre as economias dos Estados Membros da União Africana, bem como a viabilidade e a sustentabilidade de cada uma das propostas como uma fonte alternativa de receitas para a União Africana. As opções analisadas são:

- (i) Taxa sobre as importações, com base na aplicação de taxa 0,2% sobre as importações de bens de consumo;
 - (ii) Taxa sobre prémios de seguros, com base na imposição de um mínimo de 0,2% sobre prémios de seguro contratados em África;
 - (iii) Taxa sobre Viagens Internacionais, com base numa taxa sobre todas as passagens aéreas de e para África;
-

- (iv) Taxa sobre Turismo e Hotelaria, com base no princípio de cobrança de 1,00 dólar por cada estadia num hotel.

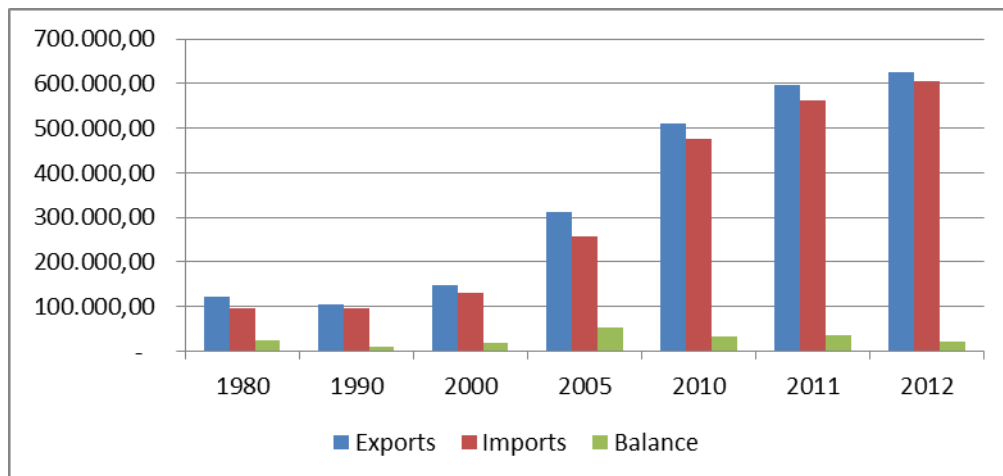
IV.1. Desempenho das economias africanas

18. Apesar do abrandamento da economia mundial registado nos últimos anos, o crescimento das economias africanas tem atingindo uma média de cerca de 5 por cento. Esse desempenho assentou sobre uma base sólida, tanto interna como externamente. O aumento dos preços dos produtos básicos, a grande demanda das economias emergentes, a boa gestão macroeconómica, a melhoria do ambiente de negócios e a implementação de reformas de políticas económicas contribuíram para este desempenho excepcional. Com a melhoria da governação económica e da estabilidade política, a África já lançou as bases para o crescimento económico sustentável para os próximos anos.

a) Importações

19. As importações provenientes de África estão a crescer constantemente, como se mostra no gráfico abaixo.

Figura 1: Evolução do Comércio Externo



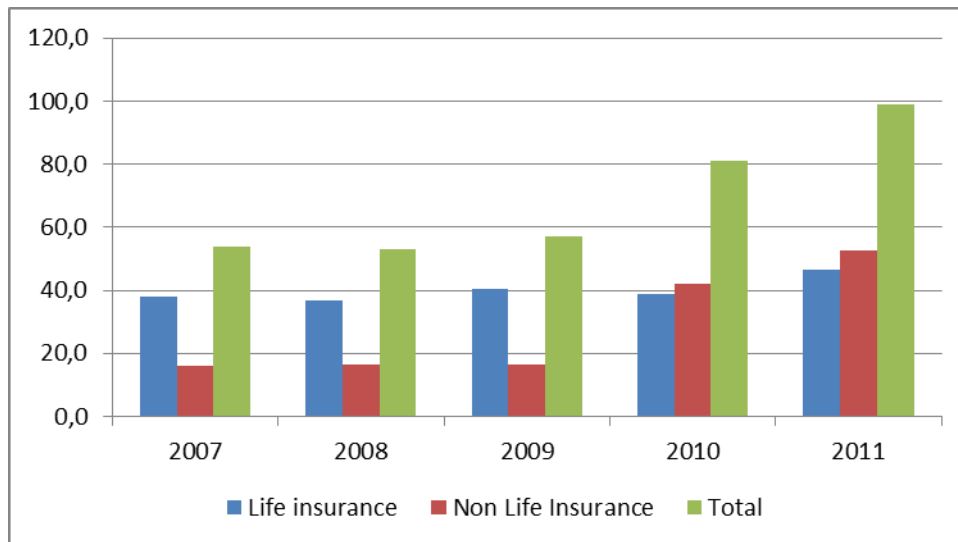
Fonte: UNCTADstat

20. O volume de importações provenientes de África quase duplicou entre 2005 e 2011. Com base nas previsões feitas por diferentes organizações, o volume de importações provenientes da África vai continuar a aumentar ao longo dos próximos anos.

b) Sector de seguros

21. Apesar do facto de que o número de companhias de seguros em África ainda é muito baixo, este sector tem conhecido um grande crescimento nos últimos anos. Prevê-se que sector venha a regista um crescimento sem precedentes nos próximos anos.

Figura 2: As receitas de seguros em bilhões



Fonte: Relatório “FANAF”, Fevereiro de 2013

c) Tráfego aéreo África

22. Com uma taxa média de crescimento económico de cerca de 5% nos últimos dez anos, o espaço aéreo tornou-se muito rentável para várias companhias aéreas africanas. O volume de passageiros provenientes de África e doutros destinos está em pleno crescimento.

Tabela 3: Nível de tráfego em África

	Norte	Oriental	Ocidental	Central	Austral	África	Global	Participação de África
Passageiros (1000)	44.442	10.655	12.046	4.178	33.746	105,067	1.988.328	5,3%
Percentage m por Região	42,3%	10,1%	11,5%	4,0%	32,1%			
Frete (tonelada)	323.922	357,898	143.969	214.438	352.471	1.392,698	38.926.634	3,6%
Percentage m por Região	23,3%	25,7%	10,3%	15,4%	25,3%			
Partidas	533.192	359,219	273.589	167.769	801.638	2.135,407	24.995,883	8,5%
Percentage m por Região	25,0%	16,8%	12,8%	7,9%	37,5%			

Fonte: ACI & ICAO,

d) Sector do Turismo

23. Nos últimos anos, a África tornou-se um dos destinos mais famosos para muitos turistas. O número de turistas que escolhem a África como seu destino está em constante crescimento.

24. Nas duas últimas décadas, o turismo tem sido o sector económico de maior sucesso em termos de crescimento, com uma taxa média de 7,1% de chegadas e 12,5% em termos de receitas provenientes do turismo.

Tabela 4: Chegadas de turistas internacionais em milhões

	2000	2005	2009	2010	2011
África	26,5	35,4	46,7	49,8	49,8
África do Norte	10,2	13,9	17,6	18,7	16,4
Resto de África	16,2	21,5	29,1	31,1	33,3

Fonte: Organização Mundial do Turismo (UNTWO)

IV.2. Recursos resultantes da aplicação de diferentes opções

25. O estudo indica as receitas possíveis geradas por cada uma das 4 opções

Tabela 5: Receitas geradas por cada opção

Opções	Montante em dólares
Taxa sobre Importações (0.2%)	964.246.334,11
Taxa sobre Prémios de Seguros (0.2%)	98.530.000,00
Taxa sobre as passagens aéreas (US\$ 5)	324.768.375,73
Taxa sobre o Turismo (1 \$EUA por turista)	62.582.000,00
Total	1.450.126.709,84

IV.3. Impacto sobre diferentes economias

26. O estudo mostra as economias africanas são negligenciadas.

27. Na sequência da análise dos instrumentos acima mencionados e à luz do seu impacto sobre as economias africanas, bem como o seu potencial de mobilização de recursos, o estudo recomenda o seguinte:

- (i) Taxa sobre Importações (0,2%)
 - (ii) Taxa sobre o Prémio de Seguros (0,2%)
 - (iii) Taxa sobre Passagens Aéreas (5 \$EUA)
 - (iv) Taxa sobre Turismo (1 \$EUA por turista)
-

V. Sugestões do Painel de Alto Nível para chegar a uma decisão final

28. O Presidente do Painel de Alto Nível e a Presidente da CUA, durante a sua reunião realizada em 19 de Abril de 2013, em Adis Abeba, Etiópia, após a discussão dos resultados do estudo e as modalidades para se chegar a um consenso sobre fontes alternativas de financiamento da UA, concordaram em convocar duas reuniões consultivas do Painel de Alto Nível - uma na Cidade do Cabo, África do Sul, à margem do Fórum Económico Mundial sobre a África, no dia 7 de Maio, e a segunda em Adis Abeba, Etiópia, no dia 24 de Maio de 2013 e recomendaram o seguinte:

V.1. Outras Consultas

29. A reunião decidiu em realizar mais consultas com alguns dos principais Estados Membros (particularmente com Pequenos Países Insulares, países turísticos e países com grandes companhias aéreas), a fim de preparar o relatório final que possa ser analisado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em 26 de Maio 2013, uma vez que se espera que a próxima Cimeira tome uma decisão final sobre esta matéria.

V.2. Duas propostas ajustadas

30. Foram propostas as duas opções a seguir ajustadas das anteriores:

- (1) Aplicação de uma taxa de 10,00 dólares sobre passagens aéreas de e para África; e
- (2) Aplicação de uma taxa 2,00 dólares de hospitalidade por estadia num hotel.

V.3. Receitas e Impacto das Duas Propostas Ajustadas

31. Com base nas sugestões do Painel, a Comissão fez as projecções das receitas a serem produzidas por estas duas opções e potenciais impactos sobre os sectores do turismo seleccionados dos Estados Membros. Aplicando estas duas opções (10 dólares sobre voos internacionais (excluindo a África) e 2 dólares sobre a estadia num hotel), seria arrecadada uma receita no valor de 650 milhões de dólares por ano a partir taxa sobre os bilhetes aéreos e 113 milhões dólares por ano da aplicação da taxa sobre estadia num hotel. A implementação destas fontes de financiamento, por isso, permitirão a União Africana produzir uma receita total de 763 milhões de dólares por ano.

Tabela 6: Receitas produzidas

	Chegada de turistas (milhares)	Número de passageiros a chegar (milhares)	Receitas dos bilhetes aéreos (em \$EUA) Taxas = 10 dólares	Taxas por cada turista (2 dólares por cada turista)
Total	62,582	64,954	649,536,751	112,647,600

32. A procura do turismo em África está fortemente correlacionada aos seguintes factores: (i) O factor rendimento , (ii) O factor preço, (iii) indicadores do turismo (transporte e alojamento), e (iv) Os factores psicossociais (gosto, preferências, idade, categoria socioprofissional, a relação qualidade/preço, etc.).

33. As diferentes elasticidades obtidas para países africanos individualmente indicam que o aumento do preço de alojamento de turistas, como resultado de aplicação da taxa da União Africana, praticamente não tem nenhum impacto sobre a demanda turística. A taxa sobre estadia no hotel não reduz o número de turistas que visitam os países africanos. Portanto, não há impacto sobre a economia de África.

34. Em relação ao impacto sobre bilhete aéreo, o fluxo de passageiros em África está intimamente ligado aos seguintes elementos:

- A qualidade da oferta (capacidade da aeronave, o número de luzes oferecidas pela companhias aéreas);
- A tarifa aérea que varia da distância entre o aeroporto de partida e o de chegada;
- A importância do turismo na região onde se situa o aeroporto em questão e que se pode medir pelo volume de turistas atendidos pelo aeroporto em relação à área turística total regional, ou ao número de turistas que visitam o país;
- Eventos especiais (11 de Setembro de 2001 nos EUA, os ataques de Djerba em Abril de 2002) representados por variáveis cujo valor é zero, excepto onde eles estão ao acontecer.

35. As diferentes elasticidades obtidas para países africanos mostram que o aumento do preço dos bilhetes devido à aplicação de uma taxa da União Africana praticamente não tem nenhum impacto sobre o fluxo de passageiros, o que significa que a demanda de viagens não irá diminuir. A economia de África não irá sofrer com a subida de tarifas de bilhetes aéreos na ordem de 10 dólares.

IV.4. Resultados da Reunião de 24 de Maio de 2013

36. A reunião analisou a questão dos contribuintes privados e sugeriu que deveria haver um fundo independente através de uma Fundação, para permitir que o sector privado, contribuintes individuais e governos possam contribuir voluntariamente para o desenvolvimento de África. O Painel realçou que, em nenhuma circunstância, deve-se ter acesso a estes fundos sem passar pelo normal processo da UA.

V. Conclusão Final e Recomendações

37. Perante o conjunto de ambições da União Africana, no quadro do processo de integração africana, é imperativo que sejam identificadas fontes inovadoras de financiamento, diferentes das fontes tradicionais, e que se crie mecanismos para a sua mobilização, com vista a tornar a União Africana mais autónoma, no seu esforço de integração do continente. O continente Africano tem os meios para esta política, dadas as suas abundantes riquezas, algumas das quais estão ainda por explorar, desde que se afirme a vontade política de fazê-lo e se dê as orientações estratégicas necessárias.

38. Na verdade, a análise das dinâmicas macroeconómicas dos Estados Membros da União Africana mostra uma tendência geral de melhoria desde o ano 2000. Esta evolução positiva também é observada nos sectores afectados pelas opções propostas.

39. De acordo com as análises, a aplicação de diferentes opções não tem um impacto real sobre o desenvolvimento económico positivo observado nos Estados Membros, mas muito pelo contrário, torna-se possível incutir um novo impulso ao processo de integração, que constitui vantagem os estados Membros.

40. Claramente, o uso racional dos recursos mobilizados será objecto de grande discussão. Hoje, levantar a questão da capacidade de absorção de África em matéria de recursos financeiros é negar a auto-suficiência financeira para o continente. As actuais estruturas de gestão de fundos na União Africana devem ser sobrevalorizadas a fim de garantir uma utilização prudente e excelente dos fundos mobilizados.

41. O Painel recomenda que 10 por cento destes fundos gerados destas propostas deveriam ser canalizados para o Fundo Fiduciário como uma reserva estratégica da UA. A utilização do saldo dos fundos deve ser determinada anualmente como parte do orçamento da UA. Deve-se dar prioridade a duas áreas, especificamente paz e segurança e desenvolvimento de infra-estruturas.

42. A comemoração do quinquagésimo aniversário da OUA/UA proporciona uma oportunidade propícia e, de facto, histórica para encontrar uma solução definitiva às necessidades financeiras de África, libertando, assim, as potencialidades do continente e a criando um crescimento económico robusto e sustentável e, portanto, tirando a juventude de África da degradante situação de desemprego.

43. Portanto, o Painel de Alto Nível convida a Conferência a:

- Tomar nota do seu Relatório final;
 - Adotar as duas opções identificadas, a saber:
 - a) Aplicação de uma taxa de hospitalidade de 2.00 \$EUA por estadia num hotel; e;
 - b) Aplicação de uma taxa de viagem de 10.00 \$EUA sobre as passagens aéreas de e para África.
 - Criar um período de transição de um ano para permitir que o Estados-membros possa ajustar os seus instrumentos fiscais e outros de natureza jurídica a fim de acelerar a operacionalização destas opções;
 - Mandatar a CUA a preparar uma estratégia de implementação destas duas propostas e apresentar relatório à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2014;
 - Mandata a CUA a estabelecer ligação com a Associação Internacional dos Transportes Aéreos (IATA);
 - Solicita a CUA a criar uma conta com o BAD para todo o dinheiros resultante destas opções e o mesmo dinheiro deve gerar lucros junto do Banco.
 - Acordar que 10 por cento de todos os fundos resultantes sejam separados para a reserva estratégica da UA;
 - Concordar que o dinheiro seja desembolsado desta alternativa observe sempre o processo normal do orçamento da UA e que foi aprovado pela Conferência;
 - Concordar que se crie uma Fundação da UA para acomodar o sector privado, pessoas particulares e quaisquer doações ou contribuições; e
 - Decidir que a implementação das duas opções identificadas de financiamento entre em vigor para o orçamento de 2015.
-

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2013-05-27

Report of H.E. MR. Olusegun Obasanjo, Former President of Nigeria, Chairperson of the High-Level Panel on Alternative Sources of Funding the African Union

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9054>

Downloaded from African Union Common Repository